



## Políticas Sociais e Desenvolvimento Capitalista na Modernidade

*Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta, Antônio Dimas Cardoso, Wanderleide Berto Aguiar, Queite Marrone Soares da Silva, Ana Flávia Rocha de Araújo, Ludiana Martins Silveira*

### Introdução

As discussões sobre os rumos do desenvolvimento capitalista estão em evidência diante das profundas transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e societária. A emergência das políticas sociais está intimamente ligada ao projeto de desenvolvimento em vigor. A relação entre desenvolvimento e políticas sociais se dá na medida em que a segunda é entendida como resposta política e econômica ao projeto hegemônico. As políticas sociais são frutos da dinâmica social, se materializam na inter-relação entre os atores sociais e a partir das relações de força estabelecidas entre eles. Diante disso, o estudo propõe uma reflexão sobre o ideário de desenvolvimento em voga, e o papel das políticas sociais em resposta à questão social. O texto realiza um recorte histórico da reflexão sobre o desenvolvimento a partir da modernidade na sociedade ocidental destacando a perspectiva de progresso como primeira visão da humanidade em relação ao futuro e a crise desse ideal que leva à construção da ideia de desenvolvimento. Ao traçar a construção do desenvolvimento em moldes capitalistas o que se almeja é situar a função estratégica das políticas sociais frente às expressões da questão social.

O estudo resulta da experiência vivida na disciplina teorias do desenvolvimento social do programa de pós-graduação em desenvolvimento social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e se faz pertinente, tendo em vista que, os rumos do desenvolvimento são pontos fundamentais da organização societária e são norteadores para a formulação de políticas públicas. Ao evidenciar a relação entre desenvolvimento e políticas sociais, se quer contribuir para a reflexão a respeito dos rumos da sociedade brasileira atual, portanto refletir sobre as estratégias do desenvolvimento em moldes capitalistas é tarefa para toda sociedade.

### Material e métodos

O presente trabalho, decorrente da aplicação dos estudos realizados pela disciplina mencionada acima propõe uma reflexão sobre o ideário de desenvolvimento em voga, e o papel das políticas sociais em resposta à questão social. Por meio da pesquisa bibliográfica realiza-se um recorte histórico e uma sistematização teórica acerca do desenvolvimento a partir da modernidade na sociedade ocidental destacando a perspectiva de progresso como primeira visão da humanidade em relação ao futuro e a construção da ideia de desenvolvimento no sistema capitalista. Ao traçar a construção do desenvolvimento em moldes capitalistas o que se almeja é situar a função estratégica das políticas sociais frente às expressões da chamada questão social.

### Resultados

Uma nova atitude é evidenciada na sociedade ocidental, o homem abandona aquela visão contemplativa do mundo, e busca exercitar a razão. Tem-se que a emancipação do homem e a dessacralização da natureza permitiram que o ser humano buscasse explicações racionais para seus problemas e suas perguntas básicas a respeito da natureza, da vida, da organização social, da história e do futuro. É nessa busca incessante pela explicação racional que estão as bases teóricas do ideal de progresso. Segundo Furtado [1], as raízes do entendimento de progresso se encontram em três correntes do pensamento europeu que assumiram uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira parte do pensamento iluminista em que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda firma-se na concepção de que a sociedade humana era regida pela mesma lei da “seleção natural das espécies”. A terceira funda-se na ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro marcado pela promessa de melhor bem-estar. Essa terceira corrente está ligada ao desenvolvimento da ciência econômica

Os fundamentos da ideia de progresso apresentados se articulam na expansão do projeto de sociedade europeu para o resto do mundo. As lutas travadas no período de colonização foram cultivadas em nome do progresso. Na busca de efetivá-lo se desestruturaram os antigos modelos de proteção social, levando à emergência de novas formas que acentuavam o papel da educação, do gosto pelo trabalho e das instituições de benemerência. Furtado [1], assim sendo, aponta que o progresso não surge da lógica da história necessariamente, mas encontra-se inscrito no horizonte de possibilidades do homem. Todo o processo se resume em dotar a sociedade de instituições que sejam capazes de



# FÓRUM

ENSINO · PESQUISA  
EXTENSÃO · GESTÃO

# FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas  
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



Unimontes  
Universidade Estadual de Minas Gerais

APOIO:



FAPEMIG



FADENOR

# 24 a 27 setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

[www.fepeg.unimontes.br](http://www.fepeg.unimontes.br)

evidenciar as potencialidades do indivíduo e que propiciem o aprofundamento das contradições levando à eclosão do futuro.

A ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões, a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a segunda seria a da satisfação de necessidades elementares da população e a terceira refere-se à consecução de objetivos almejados por grupos dominantes e que competem na utilização de recursos escassos. Conforme Furtado [1], as discussões acerca do desenvolvimento estão ligadas à ideia de interesse das nações em que fazem referência à terceira dimensão apresentada. Com o surgimento de centros econômicos autônomos, o juízo de desenvolvimento está intimamente ligado ao ideal de interesse nacional. Rotta [2] destaca que a concepção capitalista de desenvolvimento estruturou-se por meio da ideia de planejamento da economia e da sociedade para livrar-se das crises e catástrofes ocasionadas pelo jogo das forças do mercado; de uma nova compreensão da relação entre o Estado, mercado e sociedade civil, na direção do controle e da regulação e ainda do compromisso negociado; de uma nova apreensão do processo histórico que as diversas sociedades mundiais precisavam percorrer para obter o desenvolvimento e por fim, de numa nova ideologia, a ideologia da modernização que propagava a ideia de que as sociedades que quisessem alcançar o desenvolvimento teriam que implementar um processo de modernização dos processos produtivos, das estruturas sociais, das instituições e até dos comportamentos individuais.

O ponto de partida para problematizar sobre desenvolvimento é ter em vista a apreensão da realidade social, é identificar as entidades que assumem uma nova forma marcadas pela ideia de estrutura. A estrutura é vista, como o ponto de partida para a apreensão da totalidade, e ter uma visão totalizante é nada mais que identificar as simetrias do processo. Conforme Furtado [1], é preciso não perder de vista que a estrutura é uma das descrições da forma do todo, logo, projeta luz sobre certos aspectos particulares, deixando outros na sombra. Na relação que se estabelece entre acumulação e desenvolvimento em moldes capitalistas, um outro componente se faz necessário, o excedente ligado à estratificação social. O excedente é alcançado por meio da estratificação. É a estratificação social que permite à acumulação. Portanto, os mesmos recursos que permitem o desenvolvimento das forças produtivas são os mesmos que concebem as desigualdades sociais. Diante desse quadro histórico é que as políticas sociais se situam no sistema capitalista.

Apreende-se que a natureza fora reduzida à terra privatizada, o homem tornou-se mercadoria, reduzindo-se apenas à sua “força de trabalho. Frente a essa nova dinâmica social emerge a denominação de “questão social” na Europa Ocidental, na terceira década do séc. XIX, para retratar o fenômeno do pauperismo, proveniente da formação do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Tem-se que a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. E esses pobres não se conformavam, mas passavam a protestar, evidenciando-se dessa forma numa ameaça às instituições sociais existentes. De acordo com Netto [3], Marx pôde elucidar com precisão a respeito da questão social, para ele consiste em um processo complexo muito amplo, indomável à sua mostra imediata como pauperismo. O que se verifica é que o desenvolvimento capitalista produz a “questão social”. E as suas expressões se dão nos diferentes estágios capitalistas. Castel [4] destaca o papel do Estado no enfrentamento da questão social. As contradições do capitalismo estão postas e os efeitos na classe trabalhadora necessitam ser amenizados. O Estado age não simplesmente por comprometimento com os trabalhadores, pelo contrário, é pela pressão política travada pelo proletariado e pelo imperativo estratégico do mercado de manter suas bases de produção que ele se faz presente.

Para Rotta [2], a política social deve ser entendida como formas de mediação entre as necessidades básicas de valoração e acumulação do capital. É a maneira pela qual o sistema por meio da ação estatal controla os não satisfeitos com o modo de vida imposto pelo capitalismo. O Estado é quem se responsabiliza pelo bem-estar dos cidadãos e, em decorrência, cria e planeja atuações dirigidas à proteção das classes sociais fragilizadas e estende a proteção a todos aqueles cidadãos em situação de risco, seja ocasionado por doenças, incapacidade física, aposentadoria ou outras situações que comprometam a capacidade para o trabalho. Desta maneira, o Estado busca estabelecer um complexo sistema de seguridade social que assegure prestações sociais ante as contingências e necessidades com o intuito de propiciar ainda que minimamente condições de vida digna. A estratégia utilizada é efetivar políticas sociais pontuais para atender precisões pontuais. O Estado Social por conseguinte, legitima sua função justamente em seu caráter social ao reconhecer os direitos sociais e ao se vê na obrigação de materializar um bem estar aos cidadãos em geral. Esses objetivos estão intimamente ligados ao sistema de prestações e às políticas sociais. Porém, é imprescindível que se fique claro que o Estado Social assume posições muito diversificadas nos diversos países em que se instala, levando-se em conta a realidade social e política encontrada em cada lugar, no entanto, sem perder de vista as suas bases de sustentação.

Conforme Netto [3], a funcionalidade essencial da política social no Estado burguês é preservar o controle da força de trabalho, por meio tanto dos sistemas de seguro social como pela própria regulamentação das relações entre trabalhadores e capitalistas. Dessa maneira, tem-se que o peso da política social é assegurar as condições necessárias



# FÓRUM FEPEG

ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas  
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



APOIO:



FAPEMIG



FADENOR

# 24 a 27 setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

para o desenvolvimento monopolista. De acordo com Pastorini [5], o que se pretende elucidar não é a decorrência natural das políticas sociais no Estado burguês, pelo contrário, este caráter natural não existe, não há dúvidas que tais políticas são frutos da capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Entretanto não se pode reduzir a análise de forma tão dualística, a emergência das políticas sociais se dá em um campo marcado pela contradição e conflito, onde se realizam alianças e rupturas que trazem novos apontamentos para a dinâmica societária. Seguindo a lógica do entendimento tradicional aprende-se que perante a naturalização das desigualdades, a política social entra em cena e encontra seu espaço, é justamente, na compensação das desigualdades do mercado que a política social age no intuito de compensar a distribuição desigual da esfera produtiva do sistema. Alguns autores da perspectiva tradicional veem a política social com característica redistributiva, e a exaltação dessa característica é estrategicamente propícia ao sistema, pois não se questiona a distribuição de riqueza e o Estado, portanto, não assume o papel de interferência na economia em prol da reversão da desigualdade. Já a interpretação marxista das políticas sociais, conforme Iamamoto [6], observa uma dualidade contraditória no processo, para os autores que seguem essa linha interpretativa as políticas sociais demonstram a imagem de redistributivas e ao mesmo tempo favorecem às classes dominantes, ao desempenharem o papel de diminuir os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho.

## Discussão

O trajeto histórico das concepções de desenvolvimento e do surgimento das políticas sociais evidencia que as ideias nascem das situações vividas e da disputa política entre os sujeitos coletivos que compõem a história. História esta que está para além do desenvolvimento de modos de produção capitalista, sua origem parte de importantes elementos apresentados ainda no período em que o mundo era apenas explicado pela magia e pela religião. Apreende-se que a modernidade rompeu com a lógica tradicional de proteção social, exigindo a criação de novos mecanismos que levaram à consolidação das políticas sociais. Deste modo, entende-se que desenvolvimento e políticas sociais são frutos da modernidade e desta maneira devem ser analisados. É preciso estar claro que a política social esteve e está no centro do embate político e econômico pois ela é claramente um componente básico da relação salarial no processo de reprodução da força de trabalho. O significado da política social não pode ser apreendido pela sua inserção natural e objetiva e nem tampouco, apenas pela luta coletiva dos sujeitos em condição subalterna, pois, é fruto da totalidade dessas ações historicamente construídas, portanto, tem que se levar em conta continuamente, o processo de demanda, luta, negociação, alianças e rupturas que caracterizam a sociedade moderna ocidental.

## Considerações finais

Esta breve reflexão buscou problematizar o ideal de desenvolvimento em voga e o papel das políticas sociais neste processo. Não se buscou construir uma visão pessimista ou negativa a respeito da política social, o intuito foi traçar a finalidade da mesma para o sistema e evidenciar as suas contribuições para as condições de vida das classes populares. Diante disso tem-se que importantes contribuições foram atingidas. Em primeiro lugar, a política social deve ser analisada inserida na realidade social levando-se em conta os agentes que a constrói. Em segundo, o Estado se consolidou como o mediador entre burguesia e classe trabalhadora e neste terreno encontrou finalidade para a política social. Em última análise, a política social é ferramenta do capital e necessária à manutenção da força de trabalho. Portanto, é preciso ter claro, ao mesmo tempo em que atende à classe trabalhadora, favorece à classe dominante, pois mantém a desigualdade social e a perspectiva de desenvolvimento capitalista se sustenta na sociedade moderna ocidental.

## Referências

- [1] FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- [2] ROTA, Edeimar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FSS/PUCRS, Tese de Doutorado, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5085>. Acesso em: 08/07/2014
- [3] NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.
- [4] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998
- [5] PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria concessão-conquista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.
- [6] IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** – Ensaio crítico. São Paulo, Cortez, 1992.